

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 4 • N.º 7 • MARÇO 95

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA - *O Regresso do Mito no Diálogo entre E. Cassirer e M. Heidegger*

JOÃO MARIA ANDRÉ - *Da mística renascentista à racionalidade científica pós moderna. (A propósito da articulação entre ciência, filosofia e misticismo em Nicolau de Cusa)*

MÁRIO A. SANTIAGO DE CARVALHO - *Ler Tomás de Aquino, hoje*

ANTÓNIO PEDRO PITA - *Presença, representação e sentimento. Configuração da experiência estética segundo Mikel Dufrenne*

Colóquio: A filosofia no ensino secundário: O novo programa 12.º Ano

JOSÉ ENES - *Leitura Integral. Porquê? Como?*

ALFREDO REIS - *12.º Ano: Leitura Integral do texto filosófico. Porquê? Como? Comentário.*

«12º ANO: LEITURA INTEGRAL DO TEXTO FILOSÓFICO.
PORQUÊ? COMO?»

COMENTÁRIO À EXPOSIÇÃO DO PROF. DOUTOR JOSÉ ENES ¹

ALFREDO REIS

O meu contributo para a discussão do tema deste colóquio consta de um comentário à comunicação do Professor José Enes, de uma nótula sobre avaliação dos alunos e termino com esparsas e breves considerações sobre o Programa.

O comentário incidirá, fundamentalmente, sobre seis tópicos suscitados pela leitura do texto da comunicação.

1º TÓPICO — DISSONÂNCIA PÚBLICO ALVO/PROGRAMA

«Leitura integral: Porquê? Como? (...) São duas perguntas capitais que nascem do espanto suscitado pela novidade estrutural e metodológica (...) Era previsível que uma inovação, aparentemente tão radical e inesperada (...), provocasse uma incómoda perplexidade (...).»

Na fase final de elaboração deste novo Programa do 12º Ano, foi-me solicitada uma opinião, não propriamente um parecer, sobre ele. Opinei então, mais ou menos, o seguinte:

“Era um grande risco que se corria, pois cortava com a tradição portuguesa do ensino da Filosofia ao nível do Secundário e introduzia uma nova metodologia cujos resultados eram uma incógnita”.

¹ Este texto escrito reproduz a comunicação oral no colóquio de 24/3/95 do 5º Encontro de Formação. As citações em itálico são todas extraídas do texto da comunicação do Prof. José Enes.

Acrescentava ainda não saber se pessoalmente correria o risco de apresentar uma tal proposta curricular, ou seja “pessoalmente não me sentia com suficiente coragem para assumir a responsabilidade de uma tal ruptura”.

E hoje?

Continuo perplexo, especialmente por duas razões.

a) Por um lado, parece-me que este novo Programa não teve suficientemente em conta o público alvo a que se destina. O público que, maioritariamente, o vai receber não se destina à Filosofia mas sim a outros cursos (Direito, Sociologia, etc.).

Neste sentido parecia-me mais adequado no 12º Ano um programa que: centrasse a informação filosófica numa temática antropológica relativa às grandes concepções sobre o homem (por exemplo: o homem como animal racional; como ser da razão e de fé; como sujeito emancipador; como devir do espírito, etc.); explorasse a filosofia política e jurídica que se associa a essas concepções; questionasse o sentido da existência no mundo contemporâneo (por exemplo: qual o sentido da existência numa racionalidade fragmentada? Qual o sentido da existência no mundo científico-tecnológico? Que futuro para o homem e o seu mundo?).

Esta dissonância público alvo/ programa parece acentuar-se quando se considera que «*o aluno ao matricular-se no curso denominado por esta disciplina [Filosofia] enceta a sua formação como profissional da Filosofia*» e nos confrontamos com os alunos reais que temos nas turmas de 12º Ano.

b) Por outro lado, esta parece-me ser também uma crítica fácil.

Porquê?

Porque o público alvo é uma entidade algo imprecisa; mudará em função de decisões meramente administrativas: critérios de acesso ao ensino superior, tipo de provas específicas, etc.

Porque não está delineado o perfil de competências (conjunto de pré-requisitos) para cada curso superior com suficiente precisão e rigor.²

E sobretudo porque pode esconder outra coisa: o medo do novo, pois qualquer novo programa exige uma reconversão científico-pedagógico-didáctica, e neste caso até uma metanóia didáctica, geradora de insegura-

² Não me estou a referir aqui à compatibilidade entre o público alvo e à elevada exigência cognitiva e discursiva que o Programa requer e exige aos alunos, mas apenas ao facto de não se saber que competências são requeridas para, por exemplo, se iniciar um curso de direito ou de filosofia.

rança profissional e que comporta sempre uma dimensão angustiante e dolorosa.

Por conseguinte, esta crítica, de dissonância ou de não adequação público alvo/programa, pode funcionar como um alibi que esconde um «mal-estar» face às exigências de um trabalho acrescido que foge às rotinas profissionais necessárias para assegurar a estabilidade do trabalho docente.

Em suma, continuo sem descortinar claramente se o risco é demasiado arriscado ou se o risco é vantajoso quanto às suas potencialidades formativas.

Todavia ... o Programa está aí; vamos ensaiá-lo com abertura de espírito em vez de o condenar à partida e quando chegar a altura da sua revisão teremos então já suficiente experiência dos seus benefícios e malefícios para propor a sua continuação ou a sua substituição.

2º TÓPICO — SITUAÇÃO DE EXCEÇÃO DA FILOSOFIA

«O novo programa de Introdução à Filosofia assumiu (...) o estatuto de componente de formação geral em parceria com a língua materna. Foi uma decisão histórica da legislação portuguesa na qual resplandece a sábia compreensão da natureza do saber filosófico e da sua íntima e originária ligação à língua materna»

Chama-se neste excerto a atenção para a situação privilegiada da Filosofia no Ensino Secundário português, situação que já vai sendo única na Europa.

Recordemos apenas dois casos: a redução de horas em Espanha e a distribuição de coeficientes no “BAC” em França.

Quanto ao primeiro é elucidativa a notícia que passamos a transcrever: «ESPANHA: A FILOSOFIA PARENTE POBRE DA REFORMA.

Outrora matéria prestigiosa, a filosofia sofreu um rude golpe na reforma do sistema educativo espanhol. Um primeiro alerta já tinha inquietado os professores de filosofia quando em 1991, por ocasião da implementação da reforma, o número de horas semanal (...) passou de 14 para 5 horas. (...) O ministério da educação anunciou entretanto que uma prova de história substituiria a prova de filosofia no concurso para entrada na universidade»³

³ Le Monde de l'éducation, nº 218 Set. 1994.

Quanto ao segundo, e relativamente às provas do “BAC” em 1995, na série ES (=económica e social) os horários passaram de 5 para 4 horas ⁴ e os coeficientes atribuído às diferentes séries vão de 7, na área literária, a 1 na série F12 (=artes aplicadas), sendo de anotar que em todas as áreas científicas e tecnológicas o coeficiente é apenas de 3 (num único caso) e de 2. ⁵

Em contraposição a esta tendência, detecta-se nesta comunicação uma consciência muito clara de que «*a formação intelectual das gerações portuguesas não é igual com ou sem filosofia*», de que não é indiferente para a formação dos jovens terem ou não terem filosofia. Assume-se aqui, em meu entender, que o ensino da filosofia possui, na actual circunstância de cultura da imagem, uma dimensão civilizacional; dimensão esta que me parece ser reafirmada na seguinte passagem: «*Hoje, porém, a conjuntura civilizacional exige, com urgência, que a formação filosófica das novas gerações se processe segundo os métodos que as ciências, as tecnologias e os próprios discursos filosófico a possibilitam*».

Desse privilégio atribuído à nossa disciplina e desta exigência histórica e civilizacional resulta uma enorme responsabilidade para o professor de filosofia. Mas, quanto a isto, pergunto:

Estaremos, nós professores, a saber merecer tal privilégio?

As nossas práticas estão à altura desta responsabilidade?

Na nossa disciplina será que estamos mesmo a formar?

Estaremos, por exemplo, a proporcionar de facto «*a função integradora na mentalização das competências discursivas induzidas pelas outras disciplinas*»?

3º TÓPICO — ENSINO DA FILOSOFIA E SUCESSO PESSOAL

«*A prossecução de tais objectivos [de integração e de abertura a um horizonte transdisciplinar] farão da Introdução à Filosofia a disciplina mais motivadora e formativa, principal responsável pelo sucesso da aprendizagem e pelo desenvolvimento do raciocínio*»

Exprime-se, nestas linhas, uma convicção profunda do valor formativo e do valor cognitivo do ensino da filosofia orientado para o «*sucesso da aprendizagem*». Estamos, portanto, face a um grande desafio didáctico:

⁴ Em contrapartida na série S (=científica) o horário passou de 3 para 4 horas, in: Le Monde de l'éducation, Cahier supplémentaire, Septembre 1994, p.128. Este caderno especial é dedicado aos temas programáticos do BAC de Francês e de Filosofia.

⁵ Le Monde de l'éducation, Cahier sup, Sept. 1994, p.127.

fazer passar a filosofia de uma disciplina desmotivadora e fonte de insucesso para uma disciplina motivadora e fonte de sucesso. De outro modo: como fazer para que a filosofia seja um factor de elaboração pelos alunos de uma imagem de si positiva?

Ora, esta questão liga-se com a da dimensão civilizacional já referida; com efeito, um país como o nosso precisa de cidadãos esclarecidos mas autoconfiantes nas suas capacidades e recursos. O problema do insucesso/sucesso em filosofia é, pois, mais do que uma questão meramente escolar, é uma questão civilizacional.

Estamos assim colocados no cerne da didáctica, no ponto da transposição didáctica de um saber científico, neste caso filosófico, para um saber escolar. É que o plano da investigação e da reflexão é um; o plano da divulgação escolar é outro, pois a obra filosófica é elaborada independentemente do seu possível uso escolar⁶ e não está provado que a transferência da situação de investigação para a situação escolar da sala de aula seja pedagogicamente mais eficaz, que dela resulte uma aprendizagem com mais sucesso.

A transposição didáctica do saber filosófico pautada pelo ideal regulador do sucesso pessoal é um estimulante desafio que subverte as formas tradicionais de avaliação e um convite à inovação neste domínio.

4º TÓPICO — CONTINUIDADE ESTRUTURAL ENTRE INTRODUÇÃO À FILOSOFIA (10º e 11º ANOS) E FILOSOFIA (12º ANO)

« *O ensino da Filosofia do 12º Ano deverá (...) também dar-lhes [aos resultados obtidos na Introdução à Filosofia] continuidade e aperfeiçoamento (...) através de um processo didáctico específico ordenado para um objectivo diferente* »

« *Estes procedimentos e resultados didácticos [indicados nas orientações pedagógico-didácticas do Programa] perspectivam a decisão nuclear do programa de Filosofia como disciplina específica do 12º Ano. Com o de Introdução, ambos constituem um único projecto de ensino pré-universitário da Filosofia* »

Na linha das considerações repetidamente expressas no Programa são apresentados em favor desta tese os seguintes argumentos:

O mesmo objectivo didáctico: « *Em ambas as disciplinas o objectivo didáctico específico é a cientificidade do discurso filosófico* ».

⁶ Como é óbvio não nos estamos a referir às obras filosóficas feitas com intenção escolar.

O mesmo processo didáctico fundamental: «*Em ambas, o processo didáctico fundamental é a leitura do texto filosófico. Só o género e a estrutura dos textos*» é que mudarão.

Mas ... haverá mesmo continuidade estrutural entre as duas disciplinas?

A leitura dos dois Programas não o mostra de modo claro. Direi até que mais parece existir um certo hiato.

Porquê? Porque entre eles me parece haver uma:

— Mudança acentuada ao nível dos conteúdos com obras cuja temática só dificilmente se articulará com os Programas de Introdução à Filosofia; por exemplo o "Fédon".

— Mudança quase radical ao nível dos processos e técnicas didácticas, dado que a metodologia do texto longo é substancialmente diferente da do texto curto.

— Mudança nítida ao nível das exigências discursivas que são bastante elevadas; por exemplo, o comentário escrito da obra com uma certa dimensão é algo que muito dificilmente começará a ser preparado nos 10^o e 11^o anos.

— Mudança profunda quanto às formas de avaliação; por exemplo, o «arquivo do aluno» é mesmo uma novidade relativamente às modalidades de avaliação dos dois anos anteriores.

5^o TÓPICO — RELAÇÃO TEXTO/CONTEXTO

«*A formação filosófica dos alunos do 12^o ano [deverá] investi-los no poder de elaborar criticamente o discurso filosófico e de o identificar e situar no universo do saber*» Mas tal poder de situar só será conseguido com «*o entendimento das matrizes filosóficas e das razões históricas que determinam e configuram o acontecer do pensamento. Ora tal entendimento só nasce na intimidade dos grandes momentos da história da filosofia*»

Um pouco mais adiante repete-se que a compreensão da totalidade discursiva da obra só se alcançará se houver um «*enquadramento das obras no conjunto de todas as obras dos seus respectivos autores. Por sua vez, este enquadramento não ficará completo senão na perspectiva da identificação e da configuração do perfil do autor e do significado da sua obra no quadro da sua época e no âmbito da história da filosofia ocidental*»

Sábios e indiscutíveis princípios hermenêuticos mas ... enormes dificuldades didácticas.

Porquê?

Porque é fácil escorregar na tentação de contextualizações tão minuciosas que o texto acaba por ficar em segundo plano; por exemplo, escolhe-se a “Fundamentação da metafísica dos costumes” e explica-se a teoria kantiana do conhecimento com uma extensão e profundidade análoga à dos antigos programas do 12º ano.

Porque é extremamente difícil elaborar uma panorâmica geral da filosofia de um autor de modo suficiente, equilibrado e adaptado à obra escolhida; aqui a tentação da erudição é um fácil refúgio para a dificuldade da síntese verdadeiramente esclarecedora — aquela que não diz de mais nem de menos⁷.

Porque não é claro determinar para algumas obras, em especial as contemporâneas, qual o seu significado no quadro da época e no âmbito da história da filosofia.

Porque o enquadramento da obra no conjunto das obras de um autor levanta questões delicadas de interpretação e, em meu entender, requer uma certa especialização “técnica” (filosófica) que vai ao arrepio da formação generalista do professor do ensino secundário.

6º TÓPICO — A RELAÇÃO MÉTODO/ PROGRAMA

«A leitura integral é uma parte, a mais importante e efectiva, do método, e este, por sua vez, é uma parte do programa, como projecto ou plano escrito do ensino da disciplina Filosofia do 12º ano».

A leitura integral é assumida como matriz metodológica e isso na medida em que ela é concebida como indutora da actividade escrita no aluno. Com efeito no Programa aponta-se para a obra como exemplo a imitar, como exemplo paradigmático capaz de levar o aluno «ele mesmo a problematizar a sua própria escrita».

Ora, esta articulação método/programa, isto é, o programa realiza-se na medida em que o método for exercitado, defronta-se com um escolho: uma deficiente prática do método ou uma «embirração» com a obra implicará quase inevitavelmente um fracasso ao nível da produção escrita do aluno.

Esta estrutural articulação método/obra visa fazer do aluno-leitor-intérprete um produtor de sentido, defende-se pois que a re-interpretação e re-criação do sentido da obra funciona como uma criação segunda que

⁷ Pensamos que a elaboração de monografias sobre os autores e as obras deste novo Programa do 12º Ano será uma «missão» atribuível sobretudo aos docentes universitários.

transformará o aluno em produtor de discursos filosóficos, em criador de novos sentidos. Se conseguíssemos realizar este escopo teríamos atingido e alcançado o «sonho» longamente perseguido por sucessivas gerações de professores de filosofia. Direi que neste caso estaríamos na situação de «bem-estar» docente.

Por mim já ficaria feliz se conseguisse que futuros alunos meus fossem esclarecidos reprodutores de sentido.

NÓTULA SOBRE AVALIAÇÃO

Permito-me agora chamar a atenção para um dos grandes méritos deste programa: aborda a questão da avaliação, sugere e propõe alguns processos de avaliação. Que eu saiba é o único programa de Filosofia que assumiu frontalmente este controverso assunto.

A ideia-chave é límpida: a nova metodologia proposta requer e exige novas modalidades de avaliação.

A avaliação dos alunos deve ser efectuada a partir de um arquivo do aluno.

Como proceder para o organizar? Que provas elaborar para o preencher?

A sua organização tem de ter presente os objectivos a atingir e as competências discursivas a fomentar. Neste sentido o Programa, honra lhe seja feita, apresenta uma série de indicações quanto a possíveis trabalhos de avaliação: o «juízo crítico», o «comentário», o levantamento das «estruturas argumentativas», o «pequeno ensaio», a «crítica a posições doutrinárias», os «resumos de partes da obra», os «estudos comparativos», finalizando no que é apelidado de «juízo apreciativo» da obra.

Direi que estas propostas representam uma “revolução” na avaliação no ensino da Filosofia e que constituem um dos capítulos mais inovadores do Programa, pois apontam para um «regime de tutoria» por parte do professor como se pode inferir da seguinte passagem: «... múltiplos trabalhos escritos, sugeridos, preconizados, orientados, esclarecidos, apreciados e corrigidos mediante a lição, o diálogo e a conversação, [tornam] possível uma avaliação objectiva dos níveis de competência alcançados pelo aluno na elaboração do discurso filosófico⁸». Este é um regime de avaliação que julgo adequado a uma situação de ensino propedêutica de estudos universitários. Todavia a questão que me formulo é a da sua exequi-

⁸ Excerto extraído da página 22 da versão policopiada do Programa do 12º Ano, a única conhecida até esta data.

bilidade: como é que um professor, por exemplo, com um horário de quatro turmas a trinta alunos pode organizar um arquivo de avaliação para cada aluno?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ESPARSAS SOBRE O PROGRAMA

1º — A implementação generalizada deste Programa requer:

- uma preparação específica dos professores na metodologia do texto longo;

- a frequência de cursos de formação exercitando estratégias novas e, sobretudo, ensaiando as novas modalidades de avaliação propostas no Programa, dado o peso da classificação do 12º ano no acesso ao ensino superior e tendo em conta as exigências discursivas escritas que certamente virão a ser requeridas pelas provas específicas.

2º — Dois riscos a evitar:

- o comentário literal, linha a linha, maçudo e fastidioso;
- o comentário tão genérico sobre a estrutura da obra que esta acaba por não ser lida; risco acrescido com a aparição de «comentários» que podem funcionar como substitutos da obra, quando a sua intenção é exactamente a de esclarecer a leitura e interpretação da obra.

3º — Dificuldades a enfrentar:

- o domínio dos pré-requisitos cognitivos e discursivos exigidos pelo novo Programa do 12º Ano quando, cada vez mais, rareiam nos alunos os hábitos de leitura e de escrita;

- a elevada exigência ao nível da produção escrita dos alunos.

4º — Méritos do Programa a salientar:

- o esboço de metodologia do texto longo;

- uma teoria coerente da interpretação;

- as propostas de avaliação.

5º — Uma aporia a ter em conta:

- a selecção das obras e o interesse dos alunos. Por exemplo, será possível o interesse dos alunos do ensino secundário para as “Categorias” de Aristóteles.

6º — Uma incógnita: no futuro, como elaborar Provas Específicas?

Como disse anteriormente o «Programa está aí» e não nos podemos eximir quer do seu sucesso quer do seu fracasso. O futuro do ensino da Filosofia no sistema do Ensino Secundário dependerá também desse fracasso ou desse sucesso.